TESE Nº 3

Tipo: Tese-Guia da FENAJ

Título: ORGANIZAR PARA AVANÇAR: FORTALECER O JORNALISMO E COMBATER A PRECARIZAÇÃO!

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

Como jornalistas profissionais, trabalhadores assalariados, um dos maiores desafios que enfrentamos é o de fortalecer a organização sindical para buscar e conquistar melhores condições de trabalho. É o desafio do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Temos como trunfo a ampla unidade nacional das entidades sindicais dos jornalistas, construída há décadas. E podemos observar exemplos positivos de fortalecimento da sindicalização, ou seja, da decisão dos trabalhadores de sustentar suas entidades, e de renovação e rejuvenescimento das direções sindicais, as quais mantém os princípios e as batalhas herdadas de gerações anteriores e buscam ampliar a representação coletiva e democrática. São itens importantes de fortalecimento da nossa capacidade de mobilização nos quais precisaremos investir para enfrentar pontos nevrálgicos da vida dos jornalistas hoje.

Entre eles, a tendência exponencial de uso da pejotização como instrumento para fraudar o vínculo trabalhista. Nossa categoria já sofre há décadas com as fraudes impostas por patrões que exigem que o contrato de trabalho seja realizado entre duas pessoas jurídicas mesmo quando há relação de subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração. É a realidade, por exemplo, da maioria dos repórteres fotográficos. A prática vem se generalizando e serve, via de regra, para que os empregadores desrespeitem pisos, jornadas e direitos trabalhistas. Mesmo nos locais em que os patrões tentam mimetizar as condições gerais dos trabalhadores (como, por exemplo, a faixa remuneratória ou um 13º pagamento), os jornalistas não têm FGTS ou previdência social.

É pela compreensão de que a pejotização, enquanto fraude, tem o objetivo de negar direitos remuneratórios ou trabalhistas, que a FENAJ deve seguir atuando frente ao julgamento do tema no Supremo Tribunal Federal (STF), o qual, a depender do resultado, vai promover uma catástrofe sem precedentes nas relações trabalhistas brasileiras. E vai aprofundar o debate que tem levado junto ao conjunto do movimento sindical nesse sentido.

Além disso, precisamos orientar os sindicatos a adotarem todas as medidas necessárias para combater as fraudes em cada local de trabalho, seja com medidas sindicais, pedidos de fiscalização ou ações jurídicas - inclusive nas terceirizadas do serviço público.

Apesar desse combate, a nenhum jornalista “PJ”, seja autônomo ou seja empregado de empresa fraudadora, será negado o direito de representação sindical e política em nossas entidades (ainda que a representação jurídica independa da vontade da direção sindical). Entendemos que estes colegas, dentro das entidades, estão em pé de igualdade com os demais profissionais não empregadores de jornalistas. É tarefa da Federação, no próximo período, organizar um debate interno ao movimento sindical dos jornalistas para acolher as demandas destes companheiros/as e organizá-los/as na luta contra a precarização.

Também é tarefa da Federação seguir organizando os sindicatos na Campanha Salarial Nacional Unificada, que deve ser permanentemente aprimorada para incorporar os avanços e obstáculos das negociações locais em nossa pauta, agenda e mobilização comuns. Seguimos para a terceira edição dessa iniciativa, em 2026, e a decisão é de aprofundar a participação.

No mesmo sentido está a necessidade de aprofundar o envolvimento das entidades e dos jornalistas em duas pautas centrais que estão hoje na Câmara Federal: o Projeto de Lei do Piso Nacional dos Jornalistas (PL 2209/2025, de autoria do Deputado Federal Daniel Almeida PCdoB/BA) e a PEC do Diploma (206/2012). Pautas essenciais para enfrentar o rebaixamento salarial na maioria das redações, sobretudo nos interiores, e a precarização do exercício profissional. Os quatro “Ocupa Brasília” que os sindicatos realizaram desde 2023 comprovaram que há possibilidade de vitória, mas, neste Congresso extremamente reacionário e patronal, será necessário dobrar a aposta da nossa mobilização, tanto nos gabinetes no Distrito Federal quanto nas bases.

A Federação também se manterá atuante na luta pela revogação das contrarreformas Trabalhista e da Previdência, que inauguraram um novo período de prejuízos como o vale-tudo nos bancos de hora e a facilidade para as patronais se negarem a renovar acordos e convenções coletivas. No serviço público, lutamos pelo fim das terceirizações, por concurso público com respeito à jornada especial. A FENAJ organizará ainda uma pesquisa junto aos colegas que atuam na assessoria sindical ou de organizações do terceiro setor, nas quais sabemos que a realidade também é de precarização. Não exitamos em cobrar do empregador que for.

Também no terreno nacional, é urgente avançar na atualização das funções previstas na nossa regulamentação profissional, refletindo sobre as mudanças que a tecnologia introduziu em nossas rotinas de trabalho. Quem trabalha com informação de interesse

público é o jornalista, seja nas mídias tradicionais, nas novas plataformas e nas redes sociais. Inclusive nas assessorias de imprensa/comunicação, função que nossa categoria sempre entendeu como sua. Essa atualização é o que cobramos do Ministério do Trabalho do governo Lula, como uma regulamentação que estreite a porteira escancarada dos registros profissionais.

As tarefas são complexas e a FENAJ de nada é capaz sem os sindicatos de base, principais instrumentos de luta dos jornalistas profissionais brasileiros. Reerguer as estruturas sindicais é uma tarefa de todos nós, e a FENAJ deve assumir a responsabilidade de ajudar a formular política de sustentação e fortalecimento, para o que devemos recorrer em primeiro lugar à nossa categoria.

PROPOSTAS PARA O PLANO DE LUTAS

1 – Intensificar a luta contra a Pejotização irrestrita: A FENAJ e seus sindicatos seguirão atuando no julgamento do Tema 1.389 no STF e mobilizando e informando a categoria acerca desse julgamento e seus impactos para a classe trabalhadora. A FENAJ e seus sindicatos também intensificarão o combate às fraudes trabalhistas através da contratação via Pessoa Jurídica e desenvolverão uma campanha nacional de conscientização da categoria, com o intuito de orientar e organizar as e os jornalistas contra a precarização e também garantir direitos àqueles e àquelas que atuam sob esse tipo de contratação.

2 – Fortalecer as negociações coletivas: A FENAJ continuará o diálogo com os sindicatos para envolver todas as entidades filiadas na Campanha Salarial Nacional Unificada, com o intuito de avançar no fortalecimento das negociações de pautas comuns da categoria.

3 – Intensificar a luta pelo Piso Nacional dos Jornalistas e pela PEC do Diploma: A FENAJ seguirá atuando junto aos sindicatos para ampliar o envolvimento na luta pela aprovação do Projeto de Lei do Piso Nacional dos Jornalistas (PL 2209/2025) e da PEC do Diploma (206/2012).

4 – Defender concursos públicos para o provimento de vagas de jornalistas: A FENAJ e seus sindicatos seguirão lutando pelo fim das terceirizações nos serviços públicos, em todos os níveis, e pela realização de concursos públicos com respeito à jornada especial.

5 – Defender as condições de trabalho no terceiro setor e entidades sindicais: A FENAJ organizará pesquisa junto aos jornalistas e às jornalistas que atuam em entidades sindicais ou de organizações do terceiro setor para ampliar o conhecimento da realidade nesses locais de trabalho e cobrar desses empregadores o respeito aos direitos e garantias da nossa categoria.

6 – Lutar pela atualização da regulamentação profissional: A FENAJ seguirá atuando junto ao Ministério do Trabalho para a atualização das funções previstas na regulamentação profissional do jornalismo e também para um controle e fiscalização mais restrita na emissão de registros profissionais.